



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

CONCURSO PÚBLICO

Aplicação:
1.º/2/2004

MANHÃ

CADERNO DE PROVAS

NÍVEL SUPERIOR

Analista Judiciário

Área: Judiciária

CARGO 1



CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Grande Oportunidade para Realizar Serviços

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte e cinco** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 125**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta marcada diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde **1,00** ponto, conforme consta no Edital n.º 4/2003 – Comarcas de Macapá e Santana, de 17/12/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **2/2/2004** – Divulgação, a partir das 10 h (horário de Brasília), dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no site <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II **3 e 4/2/2004** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente nos locais e no horário que serão informados na divulgação dos referidos gabaritos.
- III **18/2/2004** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados no Item I e no Diário Oficial do Estado do Amapá, do resultado final das provas objetivas para todos os cargos e da convocação para a prova prática de digitação para os cargos **1, 2, 4, 6, 7, 8, 9 e 11**.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 11 do Edital n.º 4/2003 – Comarcas de Macapá e Santana, de 17/12/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 125** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – itens de 1 a 10

Justiça Itinerante Fluvial

1 Uma das faces do funcionamento do Juizado Especial
no Estado do Amapá é a Justiça Itinerante Fluvial. Essa
modalidade de serviço judiciário consiste no atendimento de
4 comunidades ribeirinhas por meio da utilização de uma
embarcação adaptada para o atendimento judiciário em áreas
não-servidas por postos avançados e inacessíveis por estradas.
7 Esta desloca-se pelo rio Amazonas e afluentes, visitando
ribeirinhos, até o distrito de Baillique, arquipélago localizado no
extremo norte do estado. Em seu interior ocorrem audiências
10 cíveis, criminais e de família, em que juízes e promotores
efetuam todos os procedimentos judiciários necessários: fazem
interrogatórios, proferem sentenças, efetuam conciliações, etc.
13 Nas jornadas do Juizado Itinerante Fluvial, diversas
comunidades ribeirinhas são visitadas pela equipe. Na
embarcação, que serve de base para a execução dos trabalhos,
16 a comunidade ribeirinha recebe uma ampla orientação de seus
direitos e da forma como podem deles usufruir como cidadãos
amapaenses. A base fica ancorada em pontos estratégicos no
19 meio do rio, e os interessados aproximam-se em pequenos
barcos e canoas, para serem prontamente atendidos pelos
serventuários ali presentes.
22 Pela peculiaridade de algumas localidades, nem
sempre há a necessidade de o atendimento ser efetuado dentro
da embarcação. Nesses casos, o atendimento ocorre em
25 centros comunitários ou escolas da própria localidade. Assim,
diversas famílias têm alcançado direitos antes tidos como
impossíveis, tais como certidões de nascimento de seus filhos,
28 certidões de casamento, posse de terras, etc.
A Lei n.º 9.099/1995 introduziu importantes
modificações no sistema penal e processual brasileiro,
31 instituindo os juizados especiais, possibilitando a aplicação de
novos institutos, como transação e suspensão condicional do
processo.
34 Com isso, nas pequenas infrações, o autor e a vítima
poderão ser poupados das delongas e dos prazos decorrentes
do processo, com a solução imediata do litígio, por meio da
37 composição, tanto no âmbito civil como no criminal.
Nessa nova realidade de aplicação de penas, a justiça
do Amapá visualizou um horizonte infinito de trabalho, tendo
40 a sua disposição o respaldo da lei. Surgiram então os Juizados
Itinerantes Terrestre e Fluvial, com a premissa máster de
oferecer às comunidades distantes das cidades o mesmo
43 atendimento encontrado nos fóruns, pois as jornadas
itinerantes são compostas por juízes, promotores, escrivãos,
policiais, e toda a infra-estrutura para a realização de
46 audiências cíveis, criminais e de família.

Internet: <<http://www.tjap.gov.br>>. Acesso em dez./2003 (com adaptações).

A respeito das idéias e das estruturas do texto I, julgue os itens seguintes.

- 1 Quando necessário, a Justiça Itinerante Fluvial pode atender as comunidades ribeirinhas em terra firme.
- 2 Ao pôr em prática a Lei n.º 9.099/1995, que instituiu os juizados especiais, a Justiça do Estado do Amapá levou em consideração as peculiaridades da região amazônica.
- 3 Um dos principais objetivos dos juizados especiais é agilizar a justiça brasileira.
- 4 A justiça praticada pela Justiça Itinerante Fluvial é, segundo o texto, qualitativamente pior do que a praticada nos fóruns do Juizado Especial do Estado do Amapá.
- 5 As idéias e a correção gramatical do texto serão mantidas, caso o trecho na voz passiva “as jornadas (...) de família” (l.43-46) seja reescrito na voz ativa como **juízes, promotores, escrivães e policiais, bem como toda a infra-estrutura para a realização de audiências cíveis, criminais e de família, compõem as jornadas itinerantes.**

Com relação à grafia das palavras, aos mecanismos de referencialidade e à sintaxe do texto I, julgue os itens que se seguem.

- 6 O pronome “Esta” (l.7) tem como referente “Justiça Itinerante Fluvial” (l.2).
- 7 O fragmento “deles usufruir” (l.17) pode, sem se incorrer em erro, ser assim redigido como **usufruí-los**.
- 8 No segmento “nem sempre há a necessidade de o atendimento ser efetuado dentro da embarcação”, os vocábulos sublinhados podem, sem se incorrer em erro, ser contraídos da seguintes forma: **do**.
- 9 Tradicionalmente usada em português, a vírgula que aparece antes da abreviação latina “etc.” (l.28) é, de fato, facultativa.
- 10 No singular, os vocábulos “fóruns” e “juízes” têm, respectivamente, a seguinte grafia: **fórum e juiz**.

Fome de cidadania

1 Campanhas contra a fome não enchem a barriga de ninguém. O doador se alimenta com a bondade de seu gesto, sem garantir o pão de cada dia ao faminto. Provoca-se muito mais ansiedade do que saciedade, sem promover o direito básico de cada ser humano ao alimento e à nutrição.

4 Cabe à família, à sociedade e ao Estado o dever de garantir esse direito a qualquer ser humano, especialmente aos fracos e aos pequenos. Não se faz caridade com a partilha do pão, proclama-se a vocação humana à vida em comunhão. Não é movido por um sentimento piegas que me inclino diante do desvalido, mas em reconhecimento de que minha própria honra foi atingida e ultrajada na indignância de meu semelhante. A solidariedade só é virtude quando se cultiva a justiça. Então, sim, a sociedade se renova em seu compromisso com as exigências da cidadania.

7 O Estado é promotor e defensor do direito e da justiça. Cabe-lhe, por intermédio do governo, assegurar o bem comum, valorizando as diferenças e combatendo as desigualdades. Nenhum governante dispensa solidariedade, porém arrecada impostos e tributos para aplicá-los em defesa e promoção da cidadania de seu povo.

10 Medidas emergenciais contemplam situações de infortúnio que abatem parcelas da população. De forma permanente, porém, estrutura-se o Estado para garantir moradia, saneamento básico, transporte, alimento, educação, saúde e lazer a todos que integram a Nação. Sem paternalismo e assistencialismo, por meio da participação e do trabalho, o povo quer e deve exercer sua cidadania.

13 Entre nós o Estado nunca teve tamanho e braços para acolher a todo o povo. Nunca foi constituído a serviço da cidadania de 100% da Nação. Por isso os governos ainda que bem intencionados jamais dispensam justiça a todo povo. As leis, o orçamento e as estruturas garantem a cidadania plena em favor de um quarto da população. Por exemplo, o Código Civil defende a cidadania de quem é, de quem sabe e de quem tem; enquanto o Código Penal pune a quem não é, não sabe e não tem.

16 O povo brasileiro em sua maioria tem mesmo é fome de cidadania. O que não falta é comida nesta terra em que "em se plantando tudo dá". Porém, não se planta para alimentar o povo, mas para fortalecer a economia. A economia do tempo dos engenhos até o império do mercado financeiro de hoje sempre teve por objetivo o lucro e o consumo das elites e dos bafejados pela sorte. Não sem razão falamos de menos favorecidos! Nem o orçamento, nem a burocracia os favorece. Vivem de déficit(s) de habitação e de outras coisas básicas ao lado de superávit(s) da economia e da abundância da primeira classe das carruagens da República.

19 Da Universidade ao Parlamento tudo é pensado e desenvolvido em função da Organização Mundial do Comércio. Enquanto o rebanho bovino é controlado por refinado sistema, o Ministério da Saúde não dispõe de dados posteriores a 1996 sobre nutrição infantil. Mais grave ainda, não se sabe com certeza qual seja nem mesmo o número da população do país portadora de documentos. O Brasil precisa de estatísticas com rosto, nome e endereço. Sem a participação da cidadania, isso não acontecerá.

22 No Piauí, como em qualquer lugar do Brasil, o que está em jogo é um direito humano básico. Sem a promoção da cidadania o povo continuará faminto.

25 A segurança alimentar nutricional sustentável, como eixo do desenvolvimento, reverte o rumo da economia perversa geradora de miséria e de fome. Enquanto a terra for prisioneira do capital e o alimento mercadoria, haverá fome no mundo.

28 Não basta ter comida. Uma boa refeição alimenta e nutre o organismo, a sabedoria e a comunhão das pessoas.

Dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias – RJ. Internet: <<http://www.santacecilia.org.br>>. Acesso em dez./2003 (com adaptações).

Com base nas idéias do texto II, julgue os itens subseqüentes.

- 11 De acordo com a argumentação do autor, “paternalismo e assistencialismo” (l.14) “não enchem a barriga de ninguém” (l.1).
- 12 Três quartos da população brasileira ainda carecem de cidadania plena, isto é, de leis, orçamento e estruturas que lhes garantam um padrão de vida digno.
- 13 Os cidadãos brasileiros são equanimemente tratados tanto pelo Código Civil quanto pelo Código Penal.
- 14 Ao longo da História, os governantes brasileiros têm priorizado as questões sociais em detrimento dos problemas econômicos do país.
- 15 O governo brasileiro mantém um melhor controle de dados a respeito do rebanho bovino nacional do que sobre a população mais carente do país.
- 16 A menos que se reconheça a cada cidadão brasileiro o direito básico ao alimento e à nutrição, campanhas contra a fome não surtirão efeito.
- 17 Segundo o autor, os alimentos devem nutrir não só o corpo, mas também a sabedoria e a comunhão das pessoas.

Considerando a tipologia textual e o emprego das palavras e expressões do texto II, julgue os seguintes itens.


- 18 O texto “Fome de cidadania” é fundamentalmente narrativo.
- 19 Como está redigido, o texto pode figurar em uma ata.
- 20 A exemplo de “Nação” (l.14 e 16), o vocábulo “terra” (l.19) deveria, no contexto em que aparece, ter sido escrito com inicial maiúscula.


Com base na estruturação sintática e na pontuação do texto II, julgue os itens a seguir.


- 21 As duas ocorrências do acento indicativo de crase que aparecem na linha 4 são facultativas, devido ao fato de antecederem complementos nominais genéricos.
- 22 Na linha 9, o pronome “lhe” exerce a função de objeto direto e tem como referente “justiça”.
- 23 O período “Nunca foi constituído a serviço da cidadania de 100% da Nação” (l.15-16) é uma oração sem sujeito.
- 24 A vírgula que aparece logo depois da expressão “Mais grave ainda” (l.26) pode ser substituída por dois-pontos, sem que se incorra em erro.
- 25 Na linha 31, a inserção de vírgula logo após “alimento” acarreta erro na pontuação do texto.




A figura acima ilustra a janela Painel de controle do Windows XP, que está sendo executada em um computador PC. Com relação a essa janela e ao Windows XP, julgue os itens a seguir.

26 Caso se clique o *hyperlink*  **Windows Update**, será dado início a um processo que permite a atualização de componentes do Windows XP, que envolve um acesso ao sítio da Microsoft para que se possa realizar o *download* de componentes desejados.


27 Por meio do *hyperlink*  **Contas de usuário**, é possível se definir um novo usuário que poderá ter *login* e *password* próprios para o acesso aos recursos do computador.

28 Por meio do *hyperlink*  **Adicionar ou remover programas**, é possível adicionar ou remover *software* instalado no computador. A janela que é executada ao se clicar o referido *hyperlink* permite igualmente adicionar ou remover componentes do próprio Windows XP.


29 Ao clicar o ícone  **Alternar para o modo de exibição clássico**, é possível obter e instalar versões anteriores ao Windows XP. Para se obter êxito nessa operação, é necessário que o Windows XP instalado no computador seja do tipo UNIX.

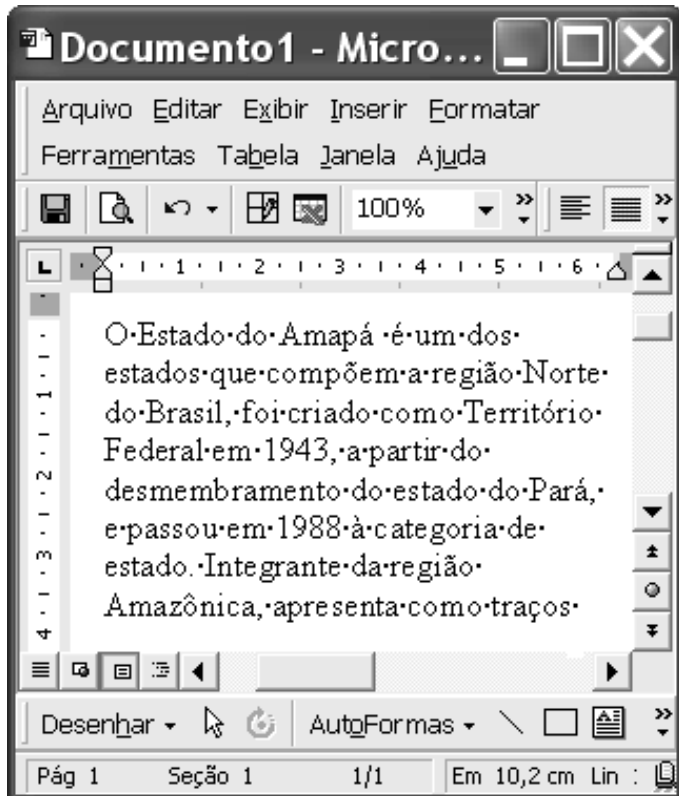
Considerando a janela do Internet Explorer 6 ilustrada acima, que está sendo executada em um computador PC, julgue os itens a seguir.

30 Por não constituir um endereço eletrônico válido para páginas Web, A expressão http://www.cespe.unb.br/concursos/TJ_AP_2003/, constante do campo **Endereço**, não pode corresponder à página Web mostrada na janela do Internet Explorer 6 ilustrada.




31 Ao se clicar o botão , será iniciado um processo de acesso à página previamente configurada como a favorita do Internet Explorer 6, caso exista.

32 Sabendo que **Edital nº 1 - Abertura** consiste em um *hyperlink*, as informações contidas na janela do Internet Explorer 6 ilustrada permitem concluir que, ao clicar esse *hyperlink*, será aberta uma janela do Word 2000.

33 Ao se clicar o botão , será mostrado um campo na janela do Internet Explorer 6 no qual será possível a manipulação de informações referentes ao histórico de acessos a páginas Web realizadas utilizando-se o computador.







A figura acima mostra uma janela do Word 2000, com parte de um texto extraído do sítio <http://www.tjap.gov.br>. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir, relativos ao Word 2000.

- 34 Caso se deseje obter recursos para visualizar a aparência do documento em edição quando impresso, é suficiente clicar o botão .
- 35 Para se alterar os formatos de espaçamentos de caracteres e fonte do texto mostrado do documento, é suficiente selecionar esse texto e, a seguir, usar as funcionalidades da opção Fonte, encontrada no menu **Formatar**.
- 36 No menu **Arquivo**, encontra-se uma opção que permite configurar a instalação do Word 2000 para funcionar como um dicionário de sinônimos.
- 37 Para se excluir o termo “Estado do” da primeira linha mostrada, é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar sobre “Estado”; teclar ; clicar sobre “do”; e clicar .



Considerando a figura acima, que mostra uma planilha do Excel 2000, julgue os itens seguintes.

- 38 Sabendo que a população do Amapá é estimada em 475.843 habitantes, dos quais 362.914 residem em Macapá e Santana, então, para determinar o percentual da população do Amapá que reside nessas duas cidades, pondo o resultado na célula A1, é suficiente digitar $=362.914 \times 100 / 475.843$ na célula selecionada e, a seguir, teclar .
- 39 Considere o seguinte procedimento: na célula selecionada, digitar Amapá; teclar ; clicar a célula A1; clicar ; clicar a célula B1; teclar . Após esse procedimento, as células A1 e B1 ficarão com o mesmo conteúdo: Amapá.
- 40 A partir de dados numéricos que forem inseridos na planilha em edição, é possível a elaboração de relatórios por meio de opção encontrada no menu **Ferramentas**.

Dos 44,8 milhões de domicílios brasileiros, 5% não têm abastecimento de água potável nem esgotamento sanitário, não são servidos por coleta de lixo e têm mais de dois moradores por dormitório, de acordo com novos cruzamentos de dados do Censo 2000, feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São 8,34 milhões de brasileiros que se alojam em 2,2 milhões de residências totalmente inadequadas para a moradia. “Os dados mostram que houve uma evolução importante, mas ainda é preocupante considerar que apenas 44% dos domicílios são totalmente adequados. O fato de termos 5% de residências totalmente inadequadas significa que, em uma estimativa otimista, ao menos 8,4 milhões de pessoas vivem nesses lares. Os dados confirmam a necessidade enorme de investimento na infra-estrutura sanitária”, afirmou Mônica Porto, professora da Universidade de São Paulo. As diferenças regionais e de renda são as que mais influenciam no acesso aos serviços básicos. No Sudeste, por exemplo, o percentual de lares totalmente adequados (59%) é mais que o dobro dos percentuais encontrados no Norte (15%) e no Nordeste (25%).

Folha de S. Paulo, 27/12/2003, p. C1 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos do tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- 41 Infere-se do texto que, entre os critérios utilizados pelo IBGE para classificar um domicílio como totalmente adequado, estão sua ligação à rede de abastecimento de água, à coleta de esgoto ou ao depósito em fossa séptica, ao recolhimento do lixo e ao número máximo de duas pessoas por dormitório.
- 42 O Brasil apresenta, nos dias atuais, uma das mais expressivas taxas de urbanização do mundo, superior a 80%. Contudo, de maneira geral, as cidades brasileiras surgem e se expandem sem o devido planejamento, carentes dos equipamentos urbanos básicos.

- 43 Além da histórica desigualdade social, que o coloca entre os primeiros lugares no perverso *ranking* da disparidade de renda, o Brasil ainda convive com acentuadas desigualdades regionais, algo que, relativamente às condições de moradia da população, o texto não chega a demonstrar.
- 44 A precariedade da infra-estrutura sanitária, realidade ainda muito presente no panorama urbano brasileiro, amplia a demanda por atendimento médico e sujeita desnecessariamente a população a diversas doenças que poderiam não ter a dimensão que ainda hoje possuem.
- 45 O quadro exposto no texto ajuda a explicar por que a mortalidade infantil está aumentando e a expectativa de vida dos brasileiros, hoje, é praticamente a mesma de meados do século XX.
- 46 Infere-se do texto que, pelas mais diversas razões, permanece inalterado o nível de adequação das residências brasileiras ao longo do tempo, o que permite concluir que as políticas públicas para o setor são ainda muito frágeis.
- 47 Pelos dados apresentados pelo IBGE, enquanto nas regiões mais carentes do país os índices de moradias consideradas não-adequadas são elevados, nas mais desenvolvidas esse problema praticamente não mais existe.
- 48 Brasília é uma exceção no cenário urbano brasileiro. Cidade planejada, foi construída para ser a capital do país e, graças a medidas adotadas para protegê-la, cresce ordenadamente, sem gerar o aparecimento de uma periferia desprovida dos necessários equipamentos urbanos.
- 49 O fato de o poder público garantir saneamento, coleta de lixo e fornecimento de água tratada mediante pagamento de taxas permite que se relacione a precariedade desses serviços com pobreza, ou seja, a parcela da população que não pode pagar normalmente fica sem acesso a eles.
- 50 O cenário mostrado no texto não é uma exclusividade brasileira, estando presente nas mais diversas regiões do planeta nas quais o problema da desigualdade está longe de ser superado, a exemplo do continente africano e de várias porções da Ásia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando o direito administrativo no mundo jurídico, o disposto sobre organização administrativa no direito brasileiro e o serviço público, julgue os itens a seguir.

- 51 As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) celebram com o Estado contratos de gestão, enquanto as organizações sociais (OSs) estabelecem termo de parceria.
- 52 As OSs exercem atividades sem fins lucrativos, dirigidas a ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, preservação do meio ambiente, cultura e saúde.
- 53 Os serviços passados para as OSs têm caráter de serviço público e são passíveis de prestação em regime de concessão ou permissão.
- 54 As OSCIPs não recebem repasse de serviço público nem têm o poder público participando de seu quadro diretivo, como ocorre nas OSs.

Com referência ao disposto sobre agente público, julgue os itens seguintes.

- 55 São considerados agentes públicos os titulares de cargos estruturais para a administração pública, sendo o vínculo estabelecido nessa situação de natureza política, e não profissional.
- 56 Enquanto os agentes honoríficos são convocados, designados ou nomeados para prestar transitoriamente determinados serviços do Estado, os agentes credenciados recebem incumbência da administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade específica, mediante remuneração.
- 57 A concessão dos proventos de aposentadoria não deve exceder à remuneração do respectivo servidor no cargo em que se deu a aposentadoria, enquanto a revisão dos proventos de aposentadoria deve ocorrer na mesma proporção e na mesma data em que a revisão for feita para os servidores em atividade.
- 58 A acumulação de cargos públicos estende-se a empregos e funções, restringindo-se para aqueles pertencentes à administração pública direta e para médicos, que podem ter dois cargos públicos, assim como para auxiliares judiciários, que podem exercer também o magistério, sem prejuízo dos vencimentos do primeiro cargo.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 59 Se a administração pública causar dano a particular, mesmo com entendimento entre as partes, a reparação de tal dano deve ser efetuada pela via judicial.
- 60 Em caso de fato danoso a particular por força maior e culpa da vítima, pode haver exclusão da responsabilidade do Estado, todavia o mesmo não ocorre na hipótese de caso fortuito.

No que concerne aos direitos fundamentais e sociais, julgue os itens subseqüentes.

- 61 É correto afirmar que, nos estados democráticos de direito, ao contrário do que ocorria no estado liberal e no estado do bem-estar social, a discussão sobre liberdade e igualdade perde sua importância, dando lugar ao direito à segurança e à propriedade.

62 O direito à vida relaciona-se tanto ao direito de continuar vivo quanto ao de ter uma vida digna no que concerne à própria subsistência.

63 A reserva legal tem uma abrangência maior, mas apresenta menor densidade que o princípio da legalidade, uma vez que este trata de matéria exclusiva do Poder Legislativo, sem participação do Poder Executivo.

64 Os conceitos de intimidade e de vida privada são interligados e possuem o mesmo raio de amplitude, posto que se referem basicamente às relações subjetivas do cidadão e ao trato íntimo da pessoa.

65 Os direitos sociais são direitos fundamentais, podendo ser corretamente caracterizados como liberdades positivas e negativas conquistadas no âmbito do estado democrático de direito e com finalidade de concretização social.

66 Todos os direitos sociais do cidadão brasileiro estão dispostos na Constituição Federal de 1988, que enumerou exaustivamente os direitos fundamentais constitucionais dos trabalhadores em capítulo específico.

Em conformidade com o direito constitucional, bem como com o direito administrativo no mundo jurídico, julgue os itens a seguir.

67 O rol das recentes alterações e emendas por que passou a Constituição Federal de 1988 inclui a extinção do regime jurídico único dos servidores públicos, o qual foi substituído pela obrigatoriedade da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios de instituírem um conselho de política de administração e remuneração de pessoal.

68 Os estrangeiros, conforme o atual sistema jurídico brasileiro, não podem ser investidos em quaisquer cargos, empregos ou funções públicas, com exceção das vagas e dos cargos referentes às universidades.

69 São formas de provimento em cargos públicos a nomeação, a promoção, a readaptação, a reversão e o aproveitamento.

70 No direito administrativo, considera-se reintegração o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubstituíveis os motivos da aposentadoria.

71 Recondução é o retorno de servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, tendo como uma das hipóteses a sua inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

72 Considere a seguinte situação hipotética.

Um funcionário de um cartório recebeu de outra pessoa um presente do interesse de sua esposa, para que adiantasse informações acerca de dia e hora de audiência de determinado processo judicial. Tendo notificado o fato, o Ministério Público acusou esse funcionário de praticar conduta descrita como fato típico e antijurídico. A defesa do funcionário alegou que o interesse não era próprio mas, sim, de sua esposa, portanto nada poderia lhe ser imputado.

Nessa situação, assiste razão à defesa do funcionário.

73 Considere a seguinte situação hipotética.

Determinado funcionário público comprou um carro novo no valor de três vezes o seu salário e foi acusado de enriquecimento ilícito. Seu advogado, na defesa, argumentou que o valor do carro era proporcional ao valor de seu salário e que, portanto, não cabia a acusação.

Nessa situação, é válida a argumentação do advogado de defesa.

74 Considere a seguinte situação hipotética.

Um agrônomo, agente público, ao avaliar a produtividade de determinada fazenda sob ocupação recente de posseiros, verificou que a propriedade alçava altos índices de produtividade. No seu laudo, por motivos pessoais, declarou que a fazenda era improdutivo.

Nessa situação, houve improbidade administrativa, importando claramente em enriquecimento ilícito.

75 É atribuição exclusiva do promotor público a representação perante autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

Anísio ajuizou ação de indenização contra o Banco do Povo S.A. para reparação de dano que sofreu com pagamento de cheque nominal a ele, recebido por sua ex-mulher e depositado na conta-corrente desta.

O magistrado que atuava em regime de plantão, nas férias forenses, verificando que as alegações do autor estavam comprovadas nos autos por documentos a ele acostados e que o requerido não pretendia produzir prova, proferiu julgamento antecipado, pela procedência do pedido. O requerido apelou, suscitando preliminares e pleiteando a reforma quanto ao mérito. O tribunal de justiça deu provimento ao recurso, por maioria, por entender que o juiz plantonista, sobretudo quando não presidiu o processo, não poderia praticar ato judicial que não esteja expressamente ressalvado no art. 173 do Código de Processo Civil (CPC), que dispõe acerca da vedação da prática de atos durante as férias (exceto, entre outros, a produção antecipada de prova e outras medidas cautelares). Entendeu, ainda, que foram violados a norma que dispõe sobre a proibição da prática de atos durante a suspensão do processo e o princípio do juiz natural.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

76 O juiz que substitui o titular em férias pode proferir sentença em processo que tramita na vara.

77 A sentença proferida nas férias forenses deve ser considerada nula, porque o feito, na hipótese, não é daqueles que tramita durante as férias.

78 Se a sentença for publicada durante as férias, a intimação será considerada como tendo sido feita no primeiro dia útil seguinte, e o prazo começará a correr no dia útil que se lhe seguir.

79 Não cabem embargos infringentes da decisão proferida pelo tribunal.

80 Houve violação do princípio do juiz natural, especialmente porque nessa hipótese ocorreu o julgamento antecipado da lide.

81 O processo não se encontrava suspenso pela superveniência das férias, apenas os prazos estavam suspensos.

82 Provida a apelação, o acórdão deve ser de cassação e não de reforma da decisão, com o retorno dos autos ao primeiro grau para prosseguimento do feito.

Quanto à forma dos atos processuais, julgue os itens seguintes.

83 O uso de sistemas de transmissão magnética de dados, do tipo *fax* ou outros similares, é autorizado para a prática de atos processuais que dependam de petição. Considerar-se-á tempestivamente cumprido o ato sempre que a mensagem fac-similar chegar ao órgão judicial dentro do prazo legal, incumbindo a apresentar o original da petição em juízo, necessariamente, até cinco dias da data de seu término.

84 O processo civil brasileiro rege-se pela instrumentalidade das formas, princípio segundo o qual consideram-se válidos os atos que cumprem a sua finalidade essencial, mesmo que realizados de forma diversa da estabelecida em lei.

85 No intuito de preservar a intimidade das partes e de respeitar o interesse público que justifica o segredo de justiça, considera-se válida a publicação em que os litigantes e seus advogados são indicados abreviadamente apenas pelas iniciais dos nomes.

86 Não é permitido ao advogado examinar quaisquer autos se não juntar o devido instrumento procuratório.

87 A desistência da ação pelo autor provoca imediata extinção do feito sem julgamento do mérito, independentemente de homologação judicial, uma vez que o juiz não pode opor-se à desistência manifestada pelo autor.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos atos do juiz e aos recursos.

88 A decisão do juiz que põe fim ao processo com julgamento do mérito é chamada sentença. Por outro lado, é chamado despacho saneador a decisão do juiz que põe fim ao processo sem julgamento do mérito.

89 Pode o juiz proferir despacho de concessão ou revogação de liminar por via telefônica, desde que em casos de urgência.

90 O agravo é o recurso próprio contra indeferimento liminar da reconvenção, apesar de a decisão equivaler, em sua natureza, à sentença que põe fim ao processo sem julgamento do mérito.

91 O recurso especial não tem efeito suspensivo, razão pela qual admite-se a execução provisória do acórdão proferido pela corte estadual.

92 A parte que sucumbe no tocante à alegação de prescrição e vence no mérito não tem interesse em recorrer.

No que se refere à execução, julgue os itens subsequentes.

93 Quando a penhora recai sobre bem imóvel, a lei exige que se proceda ao seu registro, não sendo este requisito de validade da constrição, mas de eficácia do ato para oponibilidade contra terceiros de boa-fé.

94 O depositário investe-se na posse da coisa penhorada, adquirindo, a partir de então, legitimidade para empregar os interditos possessórios necessários à defesa de sua posse.

- 95 É vedada a assunção, pelo executado, do encargo de depositário.
- 96 A execução contra a fazenda pública deve seguir o rito da execução para entrega de quantia certa, empregando-se como técnicas de expropriação a penhora e a alienação em hasta pública, sendo indispensável a prévia avaliação dos bens penhorados.
- 97 A fazenda pública deve ser citada para embargar a execução no prazo de 60 dias, aplicando-se-lhe a regra de artigo do CPC que duplica o prazo de 30 dias previsto em lei.

Em relação às cautelares, julgue os itens a seguir.

- 98 Havendo contenciosidade, é cabível a condenação de honorários advocatícios em processo cautelar.
- 99 Se a ação principal encontra-se em fase de apelação, é competente o tribunal para conhecer e julgar ação cautelar incidente.
- 100 Tratando-se de cautelar preparatória, não é necessário que o autor sequer faça menção à ação principal, bastando que indique o único requisito que fundamenta a cautelar — o *periculum in mora*.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. A respeito do inquérito policial, considerado procedimento legal destinado à apuração de fatos tidos como criminosos, com pena superior a dois anos, julgue os itens subsequentes.

- 101 Apesar de se tratar de procedimento administrativo, o prazo para conclusão do inquérito policial é processual.
- 102 Em inquérito policial, o poder discricionário da autoridade policial em realizar as diligências solicitadas pelo ofendido ou seu representante legal deve ser mitigado quando se tratar de exame de corpo de delito.
- 103 Pelo princípio da obrigatoriedade, a autoridade policial deve instaurar inquérito policial na ocorrência da prática de crime, ainda que extinta a punibilidade.
- 104 Se o Ministério Público requerer o arquivamento do inquérito policial que apurou crime de ação pública, o ofendido poderá, discordando dos motivos alegados, oferecer queixa-crime.
- 105 O juiz é obrigado a arquivar o inquérito policial caso o procurador-geral insistir no arquivamento já solicitado pelo órgão do Ministério Público.

Por intermédio de procedimento investigatório, constatou-se que Afonso, indivíduo perigoso, abordou Joana, garota pobre, na rua e, apontando-lhe uma arma de fogo, determinou que ela o acompanhasse a uma construção, submetendo-a a conjunção carnal mediante ameaça de morte.

Supondo que o Código Penal prevê que o estupro praticado contra vítima pobre é de ação pública condicionada a representação, julgue os seguintes itens, em relação à situação hipotética acima e quanto à ação penal.

- 106 No caso da morte de Joana, o direito de representação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, dispensada a ordem de preferência.
- 107 Se Joana tivesse sido vítima de estupro praticado mediante violência real e não ofertasse a representação, faltaria condição de procedibilidade para a instauração da ação penal.
- 108 A denúncia rejeitada pelo juiz por falta de representação de Joana faz coisa julgada formal, podendo ser renovada e recebida quando o requisito for preenchido.
- 109 Por ser o titular da ação penal, o Ministério Público pode requerer ao juiz a devolução do inquérito policial e requisitar à autoridade policial a realização de quaisquer diligências.
- 110 Tratando-se de crime continuado, o prazo de decadência para o exercício do direito de queixa ou representação deve ser considerado em relação ao conhecimento da autoria de cada delito.

Quanto à competência, julgue os itens que se seguem.

- 111 Nos crimes de maior potencial ofensivo, adotou-se a teoria da ubiqüidade para a fixação da competência *ratione loci*.
- 112 Haverá conexão material, acarretando a instauração de um só processo, quando duas ou mais infrações forem praticadas por várias pessoas reunidas.
- 113 A competência deve ser fixada pela continência quando o agente incorrer em *aberratio ictus*.
- 114 Quando os fatos criminosos forem reunidos em um mesmo processo, e ainda que ocorra a morte do acusado que praticou o crime doloso contra a vida, a competência do tribunal do júri para julgar o delito remanescente imputado ao co-réu deve ser mantida.
- 115 Na hipótese de ocorrer crime eleitoral e crime comum conexos, a competência para julgá-los é da justiça eleitoral.

Com relação à prova, julgue os itens a seguir.

- 116 No processo penal, deve ser excluído do objeto da prova o fato admitido pelas partes, por ser incontroverso.
- 117 A prova emprestada não deve ser admitida se na ação da qual advém figurarem partes diversas das constantes do processo em que seria utilizada.
- 118 As perícias devem ser realizadas por dois peritos, sendo causa de nulidade absoluta o exame feito por um só *expert*.

119 Em caso de acidente de trânsito e sobrevivendo a morte da vítima, é dispensável o exame interno do cadáver quando as lesões externas permitirem uma conclusão acerca da causa da morte.

120 O interrogatório é ato privativo e não preclusivo do juiz.

O agente de polícia Silva, trabalhando em uma delegacia de repressão a tóxicos, saiu para cumprir a missão de identificar e prender possíveis usuários de drogas. Para tanto, ele levou consigo certa quantidade de maconha e passou a oferecer a mercadoria, vendendo uma porção a Mário, que saiu do local da compra e foi imediatamente preso em flagrante pelos demais componentes da equipe de Silva.

Sabendo que trazer consigo para uso próprio substância que causa dependência física ou psíquica em desacordo com determinação legal é conduta prevista como crime na lei antitóxicos, julgue os itens subsequentes, em face dessa situação hipotética e quanto à prisão em flagrante.

121 A prisão de Mário foi ilegal, uma vez que se trata de hipótese de flagrante preparado, que exclui o delito.

122 A prisão de Mário teria sido ilegal se a compra da substância tivesse sido feita de um traficante verdadeiro e conhecido, caso a polícia estivesse em *campana* e deixasse a transação se consumar.

123 O autor de crime que se apresenta espontaneamente à polícia imediatamente após a sua prática não pode ser preso em flagrante.

124 Caso a prisão em flagrante tenha sido ilegal, o juiz deverá decretar a liberdade provisória do indiciado.

125 Na hipótese de quase-flagrante, em que cabe a lavratura do auto respectivo, o agente deve ser perseguido logo após o crime em situação que se faça presumir ser ele o autor da infração.

